

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.713 - SP (2019/0009655-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : CAROLINA PESCE SOLANO LOPES  
**ADVOGADOS** : GABRIEL HERNAN FACAL VILLARREAL - SP221984  
CLAUDIA SIMONE FERRAZ E OUTRO(S) - SP272619  
**AGRAVADO** : ANDARE PARTICIPACOES S.A  
**AGRAVADO** : SOTER INSTITUTO DE BELEZA LTDA  
**OUTRO NOME** : DR SHAPE FRANCHISING LTDA  
**ADVOGADO** : MARCELO MARCHEZINI E OUTRO(S) - SP280480

**EMENTA**

FRANQUIA. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL MANEJADO NA ÉGIDE DO NCPC. . AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS NºS 282 E 356 DO STF. PRETENSÃO RECURSAL QUE ENCONTRA ÓBICE NA SÚMULA Nº 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

CAROLINA PESE SOLANO LOPES (CAROLINA) ajuizou ação declaratória de nulidade de contrato com pedido alternativo de rescisão por justa causa, c/m pedido de antecipação da tutela, contra SOTER INSTITUTO DE BELEZA LTDA. e ANDARE PARTICIPAÇÕES S.A. (SOTER e outro), tendo por objeto contrato de franquia.

A sentença de parcial procedência do pedido foi reformada pelo Tribunal estadual, conforme acórdão da seguinte ementa:

*FRANQUIA. PRETENSÃO AO DECRETO DE INVALIDADE DO AJUSTE OU DE RESCISÃO. IMPROCEDÊNCIA. FRANQUIA. CIRCULAR DE OFERTA DE FRANQUIA. VÍCIOS NO DOCUMENTO. RATIFICAÇÃO DO FRANQUEADO, QUE CELEBROU O CONTRATO E MANTEVE SEU NEGÓCIO POR UM ANO. JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL. FATURAMENTO QUE TAMBÉM DEPENDE DO TRABALHO DO FRANQUEADO. AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO ÀS FALHAS DA RÉ NA ASSESSORIA. RECURSO PROVIDO.*

*Franquia. Pedido da autora para que o contrato seja anulado ou rescindido. Alegação de defeitos na Circular de Oferta de Franquia. Alegação de que a estimativa de faturamento não se concretizou. Alegação de falta de assessoria.*

*Circular de Oferta de Franquia. Vícios. Não é possível declarar a invalidade do contrato por vício na COF se o ajuste foi celebrado*

*e o negócio foi desenvolvido por um ano. Faturamento meramente estimativo da ré, cabendo ao franqueado o desenvolvimento da atividade empresarial buscando lucro pretendido.*

*Ausência de assessoria. Falta de provas, pela autora, de suas alegações. Não há indicativo nos autos de que o insucesso do negócio deve ser imputado à ré.*

*Improcedência do pedido. Recurso provido (e-STJ, fl. 696).*

Os primeiros embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 766/768) e os segundos, não foram conhecidos com aplicação de multa (e-STJ, fls. 775/777).

CAROLINA interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a e c*, da CF, sob a alegação de violação dos arts. 4º e 7º da Lei 8.955/1994 e dissídio jurisprudencial, pelos fundamentos assim sintetizados (1) é permitido ao franqueado pedir a anulação do Contrato de Franquia e as devoluções das quantias pagas no caso de veiculação falsa na COF; (2) apesar de admitir a existência de vício na COF, decidiu contrário à previsão legal, em razão de a recorrente ter desenvolvido a atividade pelo período de um ano; (3) na hipótese vertente, a unidade franqueada foi inaugurada em julho/2014 e encerrada em 08/01/2015, ou seja, operou apenas por cinco meses e não por um ano, como entendeu a Corte estadual; (4) deve ser afastada a multa aplicada com base no art. 1026, § 2º, do NCPC.

Foram ofertadas contrarrazões (e-STJ, fls. 837/843).

O Tribunal local inadmitiu o apelo nobre por (1) não ter sido demonstrada a infringência aos preceitos legais arrolados; (2) o dissídio jurisprudencial não ficou demonstrado.

CAROLINA ingressou com agravo em recurso especial sustentando que o recurso preenche os requisitos necessários à sua admissibilidade e reiterou os termos do recurso especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ, fls. 913/919).

É o relatório.

**DECIDO**

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade

recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*

(1) Da alegação de violação dos arts. 4º e 7º da Lei 8.955/1994

No ponto, observa-se que os referidos preceitos não foram objeto de apreciação pelo Tribunal de origem, ressentindo-se do necessário prequestionamento, pressuposto inafastável ao conhecimento do apelo nobre.

Acrescente-se, que é exigência contida na própria previsão constitucional de interposição do recurso especial que a matéria federal tenha sido decidida em única ou última instância. Não basta à parte discorrer sobre o dispositivo legal que entende infringido.

É imprescindível que a Corte recorrida tenha emitido juízo de valor sobre o referido preceito, o que não ocorreu na hipótese examinada, salientando-se que os dispositivos legais indicados não foram objeto dos embargos de declaração opostos por CAROLINA.

Sendo assim, é de rigor a aplicação, por analogia, das Súmulas nºs 282 e 356 do STF.

Ainda que se pudesse afastar os citados óbices sumulares, observa-se que a recorrente/agravante busca sob a alegação de infringência a artigos de lei não debatidos, o reexame do contexto fático constante dos autos, o que na via eleita se mostra inviável nos termos da Súmula nº 7 do STJ.

(2) Da multa aplicada com suporte no art. 1026, § 2º, do NCPC

A multa foi aplicada pelo Tribunal estadual ao apreciar os segundos embargos de declaração manejados por CAROLINA, nos moldes assim consignados:

*As razões destes embargos de declaração repetem as dos anteriores embargos de declaração já rejeitados pela Turma Julgadora.*

*A embargante não apresentou novos fundamentos que permitissem a abertura excepcional dessa via recursal.*

*Logo, não há o que ser julgado nestes repetidos embargos de declaração.*

*A reiteração de embargos de declaração idênticos revela o propósito protelatório do recurso e o descaso com a prestação jurisdicional.*

*Impõe-se, pois, a condenação da embargante ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa, com fundamento no artigo 1.026, § 2º do Código de Processo Civil (e-STJ, fls. 776/777).*

No caso, a revisão das conclusões firmadas no aresto combatido, também esbarra na Súmula nº 7 do STJ.

**(3) Do dissídio jurisprudencial**

Verifica-se que além de não ter ocorrido o prequestionamento dos preceitos sobre os quais se alega o dissídio, a agravante não obedeceu às regras processuais e regimentais atinentes à correta demonstração da divergência jurisprudencial invocada.

Conforme assinalou a decisão agravada, o dissídio jurisprudencial deve ser demonstrado de forma analítica, mediante o confronto das partes idênticas ou semelhantes do acórdão recorrido e daqueles eventualmente trazidos à colação, na forma exigida pelo art. 1.029, parágrafo 1º do NCPC, com a transcrição dos trechos que configurem o dissídio, mencionadas as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não sendo suficiente a mera transcrição de ementas dos julgados apontados como paradigmas.

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § º do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MOURA RIBEIRO**

Relator